



Prof. Dr. Miguel Gonzalez Arroyo

Miguel Gonzalez Arroyo possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1970), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974) e doutorado (PhD em Educação) pela Stanford University (1976). É Professor Titular Emérito da Faculdade de Educação da UFMG. Doutor Honoris Causa da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi Secretário Adjunto de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, coordenando e elaborando a implantação da proposta político-pedagógica Escola Plural. Acompanha propostas educativas em várias redes estaduais e municipais do país. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional e Administração de Sistemas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, cultura escolar, gestão escolar, educação básica e currículo.

### A experiência das lutas e as conquistas no âmbito das Políticas Públicas para a Educação do Campo

**1. Revista *Com Censo (RCC)* - A educação no Brasil, quando destinada às populações agrícolas, foi historicamente designada como Educação Rural. A partir de 1998, quando a noção de Educação do Campo começa a ser consolidada, nasce uma nova perspectiva de educação para os povos do campo. O que é e quais são as diferenças entre a Educação Rural e a Educação do Campo?**

**Miguel Gonzalez Arroyo** - Começamos por entender que modelo de Educação Rural foi destinado por séculos pelas elites às comunidades, aos trabalhadores rurais. Uma educação reduzida a “escolas das primeiras letras”, saberes mínimos, “escola elementar”. Por quê? Porque os povos dos campos eram pensados à margem, fora do lugar, no atraso, sem-direito a ter direitos, incultos, primitivos. Logo, uma escolarização mínima. Uma educação esmola. A escola rural como a escola pública das periferias era tratada à margem, assim como seus povos eram tratados à margem nas políticas sociais públicas, nas relações de poder.

Que Educação do Campo? Outra educação afirmada como direito – não esmola – pelos povos, trabalhadores do campo, nos seus movimentos sociais de resistências por direitos à terra, territórios, teto... Outra Educação do Campo construída nos avanços da consciência dos povos do campo de serem sujeitos de direitos, quebrando as identidades tão negativas e pressionando por direitos sociais, políticos. Por direito à Educação – Escola não é esmola, mas direito dos povos do campo: dos trabalhadores. Se a Educação Rural, enquanto educação pública, por séculos era esmola das elites, a Educação do Campo é afirmada, exigida como Direito pelos trabalhadores do campo.

## **2. RCC - A Educação do Campo foi forjada na prática social de trabalhadoras e trabalhadores do campo, em seus movimentos de luta por terra, trabalho, direitos e políticas públicas. Qual tem sido o papel dos movimentos sociais do campo na construção da Educação do Campo, de sua origem aos dias de hoje?**

**M. Arroyo** - A reação contra as iniciativas que concebem os povos do campo sem direito a ter direitos se afirma em movimentos por direitos, sendo os verdadeiros construtores da Educação do Campo como Direito e não como esmola. Se o não-lugar da Educação Rural reflete o não-lugar das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo e das cidades nas estruturas de poder, a Educação do Campo e a educação pública como Direito mostram o novo lugar político, pedagógico dos trabalhadores em seus movimentos sociais, afirmando-se sujeitos políticos e de políticas.

Os movimentos sociais do campo não pedem às elites e ao Estado apenas mais escolas, mais recursos, mais qualidade, melhores condições de trabalho dos professores, melhor formação. Em outras palavras, não pedem uma Educação Rural de melhor qualidade. A diversidade de coletivos sociais do campo em seus movimentos por Outro Projeto de Campo procura construir um Outro Projeto-prática de Educação do e no campo.

## **3. RCC - Quais são os princípios e fundamentos da Educação do Campo e que novidades trazem para a teoria pedagógica?**

**M. Arroyo** - Um fato político de extrema relevância: os movimentos sociais lutam pelo direito à educação sempre atrelado às lutas pelo direito à terra, teto, trabalho, renda, soberania popular. Afirmam o direito à educação como inseparável do conjunto dos Direitos Humanos. Logo, educação não só como letramento, alfabetização, ensino; mas como formação humana plena. A Educação do Campo como um processo de formação política, ética, intelectual, cultural, estética... humana plena.

Essa radicalidade da Educação do Campo alarga, enriquece o pensamento pedagógico e as identidades docentes-educadoras, porque alarga o direito à educação, a função da escola e do ofício de mestre para além do ensinar, para educar, para fortalecer os processos de formação em saberes, valores, culturas, identidades que acontecem no cultivo da terra, que acontecem nas lutas dos movimentos sociais como educadores do e no campo.

## **4. RCC - A escola do campo se desenvolve a partir de um projeto educacional proposto pela classe trabalhadora, baseado na materialidade da vida de suas educandas e educandos. Como deve se dar a articulação político-pedagógica entre a comunidade e a escola? E qual o papel dos diversos sujeitos do campo nessa construção?**

**M. Arroyo** - Essa articulação entre o direito à educação e os direitos humanos mais básicos por que lutam os povos do campo em seus movimentos sociais exige um projeto educacional que reconheça essas outras matrizes

formadoras que acontecem no campo. Que reconheça o trabalho na terra como formação humana, como matriz formadora. Que reconheça as lutas por terra, por vida, por um justo-humano viver como processos formadores.

Reconhecer essa materialidade do viver como as matrizes formadoras traz para os currículos de formação das educadoras e educadores do campo a necessidade de compreender as condições materiais do viver dos educandos nas escolas do campo, na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses currículos devem fomentar condições materiais de sobrevivência humanizantes ou desumanizantes? Ou seja, condições materiais que afirmam que roubam suas humanidades?

Reconhecer as resistências como matriz formadora, resistir por se libertar de condições de um sobreviver desumanizante e lutar por terra, trabalho, pela agricultura camponesa é formador, humanizante. Que saberes e conhecimentos podem fortalecer essas lutas por um digno, humano viver? Que articulações poderiam haver na escola-docência, nos currículos das escolas do campo com as famílias, com os movimentos sociais do campo?

## **5. RCC - A Educação do Campo tem como um de seus pilares pedagógicos a ligação da escola com a vida. Qual o lugar da alternância na concretização desse pilar?**

**M. Arroyo** - A Pedagogia da alternância se legitima nesse reconhecimento do trabalho, das lutas por terra, por defesa da agricultura familiar, por reconhecimento dos movimentos sociais como educadores. Valorizar os tempos de inserção nessa dinâmica social, reconhecida como educadora, formadora, enriquecedora dos tempos de escola, dos currículos. Instigadora de outra docência.

Alternância para articulação dos processos de educação, formação humana no trabalho, nas resistências por libertação com o trabalho educativo nas escolas. Articulação dos processos-matrizes de formação na produção da vida, dos valores, dos saberes, da formação humana nas comunidades de trabalho nos campos com os processos e educação, produção de saberes, valores, culturas, identidades nas escolas, na EJA. Articulação dos currículos de formação inicial e continuada das trabalhadoras, dos trabalhadores da educação com os saberes, valores, culturas aprendidas nos tempos de alternância, de articulação com os saberes, valores, culturas, matrizes de formação que acontecem nos campos. Alternância como articulação da diversidade de matrizes da formação humana.

## **6. RCC - Em 2018, a Educação do Campo comemora 20 anos de lutas, experiências e conquistas no âmbito das Políticas Públicas. A Licenciatura em Educação do Campo está em 44 Instituições de Ensino Superior, há linhas de pesquisa em várias universidades públicas, bem como avanços em marcos normativos. Nesse movimento, a Educação do Campo também amplia o seu espaço na Secretaria de Educação do DF (SEEDF). Como têm sido as experiências em Educação do Campo nas secretarias estaduais e municipais de educação das demais unidades da federação?**

**M. Arroyo** - Duas décadas da Educação do Campo, memórias da Educação do Campo carregadas de lições de lutas por direitos – como incorporar essas memórias nos currículos de formação das educadoras, educadores do campo? Nos currículos das Licenciaturas? Como incorporar essas memórias nos currículos das escolas, da EJA? As crianças, adolescentes, jovens-adultos dos campos têm direito a esses saberes, histórias-memórias de lutas por serem reconhecidos sujeitos de direitos, sujeitos de políticas. Sujeitos de outra história.

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, da Educação Indígena, Quilombola já abrem espaços para currículos, material didático-educador que privilegia o direito a essas memórias. Das Secretarias Municipais, Estaduais, do Distrito Federal se exige avanços que incorporem essas memórias e consolidem essas lutas dos Movimentos Sociais por Educação do Campo como Direito e não como esmola.

Que lugar, não-lugar, marginal lugar ocupa a Educação dos trabalhadores do campo, indígenas, quilombolas na administração dos sistemas educacionais? Reconhecer a especificidade da formação de educadores – formação inicial e continuada – tem sido um avanço, pois exige que sejam incorporadas nos currículos essas radicalidades requeridas dos processos educativos e a riqueza de dimensões a serem formadas para educar, formar sujeitos humanos plenos para além da estreiteza da docência e da garantia do direito apenas a aprender.

Nesses 20 anos da Educação do Campo, os movimentos sociais radicalizaram o direito à educação como formação humana plena e radicalizaram a função docente-educadora para além da garantia do direito apenas a aprender. Formar o educador do campo é muito mais exigente do que formar o docente. É a lição que vem das lutas dos movimentos sociais do campo por formação específica como educadores do campo, indígenas, quilombolas, das águas, das florestas.

### **7. RCC - Do seu ponto de vista, diante do contexto histórico que vivemos e dos embates de opiniões políticas que se desenham no país, quais seriam, hoje, as principais possibilidades, desafios e perspectivas para o futuro da Educação do Campo?**

**M. Arroyo** - A Educação do Campo significou o reconhecimento dos trabalhadores do campo como sujeitos de

direitos, significou lutas por um Estado de direitos – “Educação direito nosso, dever do Estado”. Quando o Estado deixa de ser de Direitos e se impõe como um Estado de privilégios, a educação como direito estará sendo golpeada, negada. Uma forma de reagir é dando centralidade a buscar entender esse Estado repressor contra os movimentos sociais.

A afirmação da Educação do Campo se dá na articulação das lutas dos movimentos sociais por terra, território, agricultura camponesa... Quando um governo ameaça decretar os movimentos dos trabalhadores do campo como criminosos, terroristas, extermináveis, a Educação do Campo estará também em perigo. Em outras palavras, a criminalização dos movimentos sociais do campo volta-se especificamente à Educação do Campo.

A esperança de que os avanços na Educação do Campo continuem está ancorada nas lutas por terra, território, agricultura camponesa, que continuarão ainda mais radicalizadas. Novos tempos políticos para a educação e para o ofício de mestres-educadores/as. Indagações radicais para as pesquisas, para o pensamento pedagógico, para as identidades docentes-educadoras e para os currículos de formação. Que possibilidades e que limites tomarão forma para as administrações municipais, estaduais e do Distrito Federal que se proponham a resistir a um Estado interventor? Resistir e insistir.

Uma exigência radical: politizar as análises, os currículos de formação. Os tempos de gritar: “Educação direito nosso, dever do Estado” são outros. O Estado muitas vezes tem donos, como a terra, as florestas, as águas têm donos. O Estado se mostra não Estado de Direitos, mas Estado de privilégios, de repressão, extermínio. Estado de reafirmar um projeto de campo do capital financeiro, do agronegócio. Tempos de radicalizar resistências. Até nas lutas por Educação do e no Campo.

Resistências por não deixar apagar as memórias de lutas dos movimentos sociais por outra educação do e no campo. Como educadores do campo não deixemos que essas memórias sejam esquecidas nos currículos de formação e nas escolas. Resgatemos essas lutas por outra educação do campo que os tempos de austeridade tentarão silenciar, criminalizar. Resgatemos essas resistências do silenciamento, do esquecimento. Lutas gloriosas por outra educação que não esqueceremos jamais. ■